

CARTA DE CONCLUSÕES DO I ENCONTRO DO FÓRUM LATINO-AMERICANO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA

Buenos Aires, Argentina, 9 de outubro de 2026.

Aos Oficiais de Justiça da América Latina e do mundo, aos profissionais do Direito e às instituições comprometidas com a efetivação da Justiça.

Prezados colegas e representantes das instituições de Justiça,

Nos dias 8 e 9 de outubro de 2026, na cidade de Buenos Aires, Argentina, realizou-se o I Encontro do Fórum Latino-Americano de Oficiais de Justiça da União Internacional dos Oficiais de Justiça (UIHJ), promovido pela Direção-Geral de Mandamentos da Suprema Corte da Nação Argentina. O encontro reuniu profissionais, representantes institucionais e especialistas para compartilhar experiências e refletir sobre os desafios contemporâneos da execução judicial e o papel dos Oficiais de Justiça na efetivação dos direitos.

Ao longo dos debates, reafirmamos a necessidade de modernizar e ampliar as atribuições dos Oficiais de Justiça, reconhecendo suas competências e sua importância estratégica para o funcionamento dos sistemas judiciais. Essa evolução exige investimentos em formação contínua, recursos adequados, valorização profissional e reconhecimento institucional.

As discussões também evidenciaram que a Justiça não se concretiza plenamente apenas pela aplicação da lei. A empatia, o respeito e a sensibilidade são fundamentais para que as decisões judiciais sejam cumpridas com humanidade, sem comprometer a imparcialidade, a independência e o rigor jurídico. Como representantes do Estado perante os cidadãos, os Oficiais de Justiça desempenham um papel essencial na aproximação entre o Direito e a realidade social.

No que diz respeito ao acesso à Justiça, destacamos a necessidade de enfrentar as barreiras decorrentes da exclusão digital, das desigualdades sociais, das dificuldades de comunicação e das condições de vulnerabilidade. Uma Justiça verdadeiramente acessível deve reconhecer as diferentes realidades da população e assegurar que ninguém seja privado de seus direitos em razão de sua condição pessoal, social ou econômica.

Reafirmamos, igualmente, que a proteção da saúde física e mental dos Oficiais de Justiça deve constituir uma prioridade institucional. A exposição a ameaças, conflitos, situações de violência e riscos inerentes à atividade exige medidas concretas de segurança, prevenção do adoecimento e apoio psicológico. Valorizar quem executa as decisões judiciais é também proteger a qualidade da prestação jurisdicional.

Diante do avanço da Inteligência Artificial e das novas tecnologias, defendemos sua utilização responsável, transparente e submetida à supervisão humana. Essas ferramentas devem ampliar a eficiência e apoiar o trabalho dos profissionais, jamais substituir o discernimento, a responsabilidade e a sensibilidade humana. A proteção de dados, a prevenção de vieses algorítmicos e o respeito aos direitos fundamentais devem orientar qualquer processo de inovação na execução judicial.

Reconhecemos também a importância de fortalecer a cooperação internacional, especialmente entre os países latino-americanos, diante de desafios comuns relacionados à segurança, à igualdade de gênero, às prerrogativas profissionais, à valorização da carreira e à efetivação de decisões judiciais que envolvem bens e interesses além das fronteiras nacionais. Em um mundo globalizado, a Justiça precisa desenvolver mecanismos de cooperação compatíveis com a crescente circulação internacional de pessoas, informações e recursos econômicos.

Destacamos, ainda, que a formação dos Oficiais de Justiça deve acompanhar as transformações sociais, jurídicas e tecnológicas do século XXI. A capacitação contínua precisa integrar conhecimentos processuais, competências digitais, capacidade de julgamento e habilidades humanas, com participação conjunta de tribunais, instituições acadêmicas e entidades representativas da profissão.

Por fim, reconhecemos que o intercâmbio de experiências promovido pela UIHJ constitui um instrumento fundamental para o fortalecimento da profissão em escala internacional. Compartilhar boas práticas, conhecer diferentes sistemas jurídicos e construir soluções conjuntas permite transformar o diálogo em cooperação concreta, contribuindo para o desenvolvimento profissional e para o aprimoramento da Justiça.

Diante dessas reflexões, reafirmamos nosso compromisso com a valorização dos Oficiais de Justiça, a defesa de suas prerrogativas, a melhoria de suas condições de trabalho, a formação permanente e a construção de sistemas judiciais mais eficientes, acessíveis e humanos. Que este primeiro encontro represente o início de uma nova etapa de integração e colaboração entre os profissionais e as instituições da América Latina e do mundo.

A Justiça não se completa com o simples reconhecimento de um direito, mas com sua efetiva concretização. É nessa missão que os Oficiais de Justiça exercem papel indispensável, transformando decisões judiciais em realidade e assegurando que os direitos reconhecidos alcancem as pessoas a quem se destinam.

Que a união de nossos esforços fortaleça a profissão, aproxime as instituições dos cidadãos e contribua para uma sociedade mais justa, humana e democrática.

I Encontro do Fórum Latino-Americano de Oficiais de Justiça

União Internacional dos Oficiais de Justiça (UIHJ)

CARTA DE CONCLUSIONES DEL I ENCUENTRO DEL FORO LATINOAMERICANO DE OFICIALES DE JUSTICIA

Buenos Aires, Argentina, 9 de octubre de 2026.

A los Oficiales de Justicia de América Latina y del mundo, a los profesionales del Derecho y a las instituciones comprometidas con la efectiva realización de la Justicia.

Estimados colegas y representantes de las instituciones de Justicia:

Los días 8 y 9 de octubre de 2026, en la ciudad de Buenos Aires, Argentina, se celebró el I Encuentro del Foro Latinoamericano de Oficiales de Justicia de la Unión Internacional de Oficiales de Justicia (UIHJ), promovido por la Dirección General de Mandamientos de la Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina. El encuentro reunió a profesionales, representantes institucionales y especialistas para compartir experiencias y reflexionar sobre los desafíos contemporáneos de la ejecución judicial y el papel de los Oficiales de Justicia en la efectividad de los derechos.

A lo largo de los debates, reafirmamos la necesidad de modernizar y ampliar las atribuciones de los Oficiales de Justicia, reconociendo sus competencias y su importancia estratégica para el funcionamiento de los sistemas judiciales. Esta evolución exige inversiones en formación continua, recursos adecuados, valorización profesional y reconocimiento institucional.

Las discusiones también evidenciaron que la Justicia no se realiza plenamente mediante la sola aplicación de la ley. La empatía, el respeto y la sensibilidad son fundamentales para que las decisiones judiciales se ejecuten con humanidad, sin comprometer la imparcialidad, la independencia ni el rigor jurídico. Como representantes del Estado ante los ciudadanos, los Oficiales de Justicia desempeñan un papel esencial en el acercamiento entre el Derecho y la realidad social.

En lo que respecta al acceso a la Justicia, destacamos la necesidad de superar las barreras derivadas de la exclusión digital, las desigualdades sociales, las dificultades de comunicación y las situaciones de vulnerabilidad. Una Justicia verdaderamente accesible debe reconocer las distintas realidades de la población y garantizar que nadie se vea privado de sus derechos por su condición personal, social o económica.

Reafirmamos, asimismo, que la protección de la salud física y mental de los Oficiales de Justicia debe constituir una prioridad institucional. La exposición a amenazas, conflictos, situaciones de violencia y riesgos inherentes a la actividad exige medidas concretas de seguridad, prevención de enfermedades y apoyo psicológico. Valorizar a quienes ejecutan las decisiones judiciales también significa proteger la calidad de la administración de justicia.

Ante el avance de la Inteligencia Artificial y de las nuevas tecnologías, defendemos su utilización responsable, transparente y sometida a supervisión humana. Estas herramientas deben aumentar la eficiencia y apoyar el trabajo de los profesionales, sin sustituir jamás el discernimiento, la responsabilidad y la sensibilidad humanas. La protección de datos, la prevención de sesgos algorítmicos y el respeto de los derechos fundamentales deben orientar cualquier proceso de innovación en la ejecución judicial.

Reconocemos también la importancia de fortalecer la cooperación internacional, especialmente entre los países latinoamericanos, frente a desafíos comunes relacionados con la seguridad, la igualdad de género, las prerrogativas profesionales, la valorización de la carrera y la ejecución de decisiones judiciales que involucren bienes e intereses más allá de las fronteras nacionales. En un mundo globalizado, la Justicia necesita desarrollar mecanismos de cooperación acordes con la creciente circulación internacional de personas, información y recursos económicos.

Destacamos, además, que la formación de los Oficiales de Justicia debe acompañar las transformaciones sociales, jurídicas y tecnológicas del siglo XXI. La capacitación continua debe integrar conocimientos procesales, competencias digitales, capacidad de juicio y habilidades

humanas, con la participación conjunta de tribunales, instituciones académicas y entidades representativas de la profesión.

Por último, reconocemos que el intercambio de experiencias promovido por la UIHJ constituye un instrumento fundamental para el fortalecimiento de la profesión a escala internacional. Compartir buenas prácticas, conocer diferentes sistemas jurídicos y construir soluciones conjuntas permite transformar el diálogo en cooperación concreta, contribuyendo al desarrollo profesional y al perfeccionamiento de la Justicia.

A partir de estas reflexiones, reafirmamos nuestro compromiso con la valorización de los Oficiales de Justicia, la defensa de sus prerrogativas, la mejora de sus condiciones de trabajo, la formación permanente y la construcción de sistemas judiciales más eficientes, accesibles y humanos. Que este primer encuentro represente el inicio de una nueva etapa de integración y colaboración entre los profesionales y las instituciones de América Latina y del mundo.

La Justicia no se completa con el simple reconocimiento de un derecho, sino con su efectiva realización. En esta misión, los Oficiales de Justicia desempeñan un papel indispensable, transformando las decisiones judiciales en realidad y garantizando que los derechos reconocidos lleguen efectivamente a las personas a quienes corresponden.

Que la unión de nuestros esfuerzos fortalezca la profesión, acerque las instituciones a los ciudadanos y contribuya a una sociedad más justa, humana y democrática.

I Encuentro del Foro Latinoamericano de Oficiales de Justicia

Unión Internacional de Oficiales de Justicia (UIHJ)

CONCLUSIONS LETTER OF THE FIRST MEETING OF THE LATIN AMERICAN FORUM OF JUDICIAL OFFICERS

Buenos Aires, Argentina, October 9, 2026

To Judicial Officers in Latin America and around the world, legal professionals, and institutions committed to the effective administration of justice.

Dear colleagues and representatives of judicial institutions,

On October 8 and 9, 2026, the First Meeting of the Latin American Forum of Judicial Officers of the International Union of Judicial Officers (UIHJ) was held in Buenos Aires, Argentina, promoted by the General Directorate of Judicial Warrants of the Supreme Court of Justice of the Argentine Nation. The meeting brought together professionals, institutional representatives, and experts to share experiences and reflect on contemporary challenges in judicial enforcement and the role of Judicial Officers in ensuring the effective realization of rights.

Throughout the discussions, we reaffirmed the need to modernize and expand the responsibilities of Judicial Officers, recognizing their competencies and strategic importance to the functioning of judicial systems. This evolution requires investment in continuing professional education, adequate resources, professional recognition, and institutional support.

The discussions also demonstrated that justice cannot be fully achieved through the correct application of the law alone. Empathy, respect, and sensitivity are essential to ensuring that judicial decisions are enforced humanely, without compromising impartiality, independence, or legal rigor. As representatives of the State in their interactions with citizens, Judicial Officers play an essential role in bridging the gap between the law and social reality.

Regarding access to justice, we emphasized the need to overcome barriers arising from digital exclusion, social inequalities, communication difficulties, and situations of vulnerability. A truly accessible justice system must recognize the diverse realities of the population and ensure that no one is deprived of their rights because of their personal, social, or economic circumstances.

We also reaffirmed that protecting the physical and mental health of Judicial Officers must be an institutional priority. Exposure to threats, conflicts, violence, and occupational risks requires concrete measures to ensure safety, prevent illness, and provide psychological support. Valuing those responsible for enforcing judicial decisions also means protecting the quality of the administration of justice.

In light of the advancement of Artificial Intelligence and new technologies, we advocate for their responsible and transparent use, subject to effective human supervision. These tools should improve efficiency and support professionals in their work, never replacing human judgment, responsibility, or sensitivity. Data protection, the prevention of algorithmic bias, and respect for fundamental rights must guide every process of innovation in judicial enforcement.

We also recognize the importance of strengthening international cooperation, particularly among Latin American countries, in addressing common challenges related to occupational safety, gender equality, professional prerogatives, career recognition, and the enforcement of judicial decisions involving assets and interests across national borders. In a globalized world, justice systems must develop cooperation mechanisms that reflect the increasing international movement of people, information, and economic resources.

Furthermore, we emphasize that the education and training of Judicial Officers must keep pace with the social, legal, and technological transformations of the twenty-first century. Continuing professional development must integrate procedural knowledge, digital skills, sound judgment, and human competencies, with the joint participation of courts, academic institutions, and professional associations.

Finally, we recognize that the exchange of experiences promoted by the UIHJ is a fundamental instrument for strengthening the profession internationally. Sharing best practices, learning about

different legal systems, and developing joint solutions make it possible to turn dialogue into practical cooperation, contributing to professional development and the improvement of justice systems.

In light of these reflections, we reaffirm our commitment to the recognition and appreciation of Judicial Officers, the defense of their professional prerogatives, the improvement of their working conditions, ongoing professional development, and the construction of more efficient, accessible, and humane judicial systems. May this first meeting mark the beginning of a new chapter of integration and collaboration among professionals and institutions throughout Latin America and the world.

Justice is not fulfilled merely by the recognition of a right, but by its effective realization. In this mission, Judicial Officers play an indispensable role by turning judicial decisions into reality and ensuring that recognized rights effectively reach the people to whom they belong.

May our united efforts strengthen the profession, bring institutions closer to citizens, and contribute to a more just, humane, and democratic society.

First Meeting of the Latin American Forum of Judicial Officers

International Union of Judicial Officers (UIHJ)